



SMS

JI-PARANÁ - RO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ - RONDÔNIA

AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Conhecimentos de Informática
- ▶ História, Geografia e Cultura de Ji-Paraná
- ▶ Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 1, DE
15 DE ABRIL DE 2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





SMS JI-PARANÁ - RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA -
DE JI-PARANÁ - RONDÔNIA

Agente De Controle De
Endemias

EDITAL Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2026

CÓD: SL-132AB-26
7908433296645

Língua Portuguesa

1. Fonologia: conceito; encontros vocálicos; dígrafos; ortoépia; divisão silábica; prosódia	9
2. Acentuação	11
3. Ortografia.....	13
4. Morfologia: estrutura e formação das palavras; classes de palavras.....	15
5. Sintaxe: termos da oração; período composto; conceito e classificação das orações	24
6. Concordância verbal e nominal	28
7. Regência verbal e nominal.....	30
8. Crase	33
9. Pontuação	34
10. Semântica: a significação das palavras no texto	36
11. Interpretação de texto	37
12. Redação oficial.....	37

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Princípio da Regressão ou Reversão	55
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.....	55
3. Lógica matemática qualitativa	60
4. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	63
5. Regra de três simples e compostas.....	65
6. Razões especiais	66
7. Análise combinatória e probabilidade	67
8. Progressões aritmética e geométrica.....	74
9. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença .	76
10. Geometria plana	79
11. Geometria espacial	88
12. Trigonometria	95
13. Conjuntos numéricos.....	99
14. Equações de 1º e 2º grau.....	111
15. Inequações de 1º e 2º grau.....	114
16. Funções de 1º e 2º grau.....	116
17. Geometria analítica.....	124
18. Matrizes determinantes e sistemas lineares.....	129
19. Polinômios	139

Conhecimentos de Informática

1. Noções de sistema operacional (ambiente Windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	149
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office - Microsoft 365).....	171

3. Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome). Sítios de busca e pesquisa na Internet	179
4. Redes sociais.....	183
5. Segurança da informação: noções de malware; aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	185

História, Geografia e Cultura de Ji-Paraná

1. GEOGRAFIA: Clima. Solos. Regime pluviométrico. Hidrografia. Relevo. Divisão política. Limites e divisas	197
2. Economia: extrativismo, agropecuária, indústria e comércio	199
3. População, fluxo migratório	201
4. HISTÓRIA: a ocupação do território. Grupos étnicos. Fluxos migratórios. Ciclos econômicos.....	203
5. CULTURA: aspectos culturais do município.....	206

Legislação Municipal

1. Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO.....	211
2. Lei Municipal nº 1.405, de 22 de julho de 2005 - Estatuto dos Servidores Públicos em Geral.....	226

Conhecimentos Específicos Agente De Controle De Endemias

1. Lei 8.142/1990 - Controle Social e Financiamento do SUS	229
2. Linguagem e comunicação.....	230
3. Ética profissional e relações interpessoais.....	232
4. Política Nacional de Educação permanente e Educação popular em Saúde.....	234
5. Política de saúde, política nacional de vigilância em saúde no Brasil	236
6. Fundamentos do trabalho do Agente	240
7. Intersetorialidade.....	245
8. Geoprocessamento em Saúde, cadastramento e territorialização	247
9. Planejamento e organização do processo de trabalho	250
10. Sistemas de Informação em Saúde. Uso do Prontuário eletrônico ferramentas de apoio ao registro das ações dos agentes de saúde.....	252
11. Noções de epidemiologia	256
12. Monitoramento e avaliação de indicadores de saúde	257
13. Abordagem familiar no território da APS.....	264
14. Noções de microbiologia e parasitologia	267
15. Compreendendo o processo saúde doença.....	270
16. Doenças emergentes e reemergentes na realidade brasileira.....	270
17. Imunização.....	271
18. Saúde ambiental	277
19. Vigilância e controle de zoonoses, arboviroses e combate a animais peçonhentos.....	279

ÍNDICE

20. Risco, vulnerabilidade e danos à saúde da população e ao meio ambiente.....	282
21. Noções de primeiros socorros	283
22. Ética profissional.....	302

LÍNGUA PORTUGUESA

FONOLOGIA: CONCEITO; ENCONTROS VOCÁLICOS; DÍGRAFOS; ORTOÉPIA; DIVISÃO SILÁBICA; PROSÓDIA

Fonética e Fonologia são ramos da Gramática Descritiva que estudam os sons da língua.

A fonética analisa os sons da fala em sua realização concreta. A fonologia estuda os fonemas, unidades sonoras abstratas que distinguem significados.

Seus objetivos são a investigação e a classificação dos sons da fala, que nada mais são do que os componentes mínimos da linguagem articulada. A fonética concentra-se nos sons da fala em sua realização efetiva, enquanto a fonologia volta-se para o sistema de fonemas, isto é, para as unidades sonoras abstratas que exercem função distintiva. Por estarem inter-relacionadas, essas áreas são compreendidas como complementares.

► **Fonética**

Analisa as propriedades fisiológicas e acústicas dos sons reais dos atos de fala, abrangendo a produção desses sons, bem como suas articulações e variações. Em outros termos, procura investigar a realização concreta dos sons das palavras.

▪ **Os sons e a formação das palavras:** sempre que alguém profere uma fala, sons são produzidos pela corrente de ar liberada dos pulmões. Esses sons associam-se para constituir palavras, podendo o sentido sofrer alteração a depender da modificação do som.

Ex: as palavras gado e gato possuem sons semelhantes, a não ser pelo [d] e pelo [t]. Essa mínima diferença altera o significado de cada uma dessas palavras.

Exemplo de análise fonética:

[a] = vogal baixa central, não arredondada	[b] = oclusiva bilabial vozeada
[e] = vogal média alta anterior não arredondada	[p] = oclusiva bilabial desvozeada/surda
[i] = vogal alta anterior não arredondada	[d] = oclusiva alveolar sonora
[o] = vogal média alta posterior arredondada	[t] = Oclusiva alveolar desvozeada/surda
[u] = vogal alta posterior arredondada	[tʃ] = Africada alveopalatal desvozeada/surda

► **Fonologia**

É o estudo dos sons (fonemas) de uma língua.

Fonema é a menor unidade sonora abstrata de uma língua, capaz de estabelecer distinção de significado entre palavras. Não corresponde necessariamente a uma letra, pois se trata de uma categoria funcional e mental, não de uma unidade acústica ou gráfica.

▪ **Palavras:** as palavras são formadas por sílabas, e estas se constituem de sons.

▪ **Sílabas:** na fala, lidamos com sílabas e fonemas; na escrita, com sílabas e letras.

▪ **Fonemas:** com origem na junção dos termos gregos *fono* (som) + *emas* (unidades distintas), os fonemas são as menores unidades de som que compõem as palavras.

▪ **Classificação dos fonemas:** devido aos diversos tipos de sons gerados pela corrente que parte dos pulmões em direção a órgãos específicos, com ou sem obstrução, seja pela boca e/ou pelo nariz, os fonemas são classificados em vogais, semivogais e consoantes.

A divisão silábica é um aspecto fundamental da língua portuguesa, pois facilita a correta pronúncia, escrita e leitura das palavras. Compreender como as sílabas se organizam dentro de uma palavra é essencial não apenas para o domínio ortográfico, mas também para o desenvolvimento da fluência linguística e da expressão oral.

Além disso, a divisão silábica tem implicações práticas em diversas áreas, como a separação de palavras ao final de uma linha e na identificação de estruturas fonéticas. Assim, o estudo das regras que orientam a separação das sílabas é indispensável para estudantes, professores e profissionais que buscam aprimorar o uso formal da língua.

Essa prática visa garantir uma comunicação clara e precisa, promovendo o entendimento correto das palavras e suas funções dentro das frases.

DEFINIÇÃO DE DIVISÃO SILÁBICA

A divisão silábica é o processo de segmentação das sílabas que compõem uma palavra, separando-a em partes menores chamadas sílabas. Cada sílaba é formada por um ou mais fonemas, pronunciados em uma única emissão de voz. A base fundamental de toda sílaba na língua portuguesa é a vogal, sendo, portanto, indispensável que cada sílaba contenha ao menos uma vogal para que seja considerada completa. Essa separação é especialmente útil em contextos de escrita e fala, pois facilita tanto a correta pronúncia quanto a pontuação gráfica de palavras, como na quebra de linha ao final de frases.

O hífen (“-”) é o sinal gráfico utilizado para indicar a separação das sílabas em uma palavra. Conforme o número de sílabas que a palavra contém, ela pode ser classificada como monossílaba

(uma sílaba), dissílaba (duas sílabas), trissílaba (três sílabas) ou polissílaba (quatro ou mais sílabas). Essas classificações são essenciais para entender as nuances fonéticas e gramaticais que influenciam a maneira como as palavras são escritas e faladas.

► **Classificação das Palavras por Número de Sílabas**

As palavras podem ser classificadas de acordo com o número de sílabas que possuem, o que influencia diretamente sua pronúncia, ritmo e estrutura. Abaixo estão as principais classificações:

- **Monossílabas:** São palavras formadas por apenas uma sílaba. Apesar de sua simplicidade, essas palavras desempenham papéis importantes na língua, podendo ser tanto palavras de conteúdo, como “sol”, “flor”, quanto palavras funcionais, como “de” e “em”.
 - **Exemplos:** sol, mar, flor, já, um.

- **Dissílabas:** Palavras que possuem duas sílabas. São muito comuns na língua portuguesa e contribuem para a construção de frases mais fluidas.
 - **Exemplos:** ca-sa, mo-ra, pá-pis, ca-fé.

- **Trissílabas:** Palavras compostas por três sílabas. Essa categoria é uma das mais frequentes no vocabulário cotidiano, abrangendo uma vasta gama de substantivos, verbos e adjetivos.
 - **Exemplos:** ca-mi-sa, pro-fe-ssor, ca-ri-nho.

- **Polissílabas:** Palavras que possuem quatro ou mais sílabas. Geralmente, são palavras mais longas e podem exigir maior atenção na pronúncia e divisão correta das sílabas.
 - **Exemplos:** a-li-men-ta-ção, ne-ce-ssi-da-de, fa-bri-ca-ção.

Essa classificação é fundamental para o entendimento da estrutura silábica, facilitando tanto o ensino da leitura quanto a compreensão de fenômenos linguísticos mais complexos.

► **Principais Regras de Divisão Silábica**

A divisão silábica segue regras específicas que garantem a correta separação das sílabas nas palavras. Estas regras são fundamentais para evitar erros na escrita e auxiliar na compreensão da estrutura das palavras. A seguir, as principais regras de divisão silábica são apresentadas, diferenciando os casos em que se deve ou não separar as sílabas:

Casos em que se separam as sílabas:

- **Hiato (encontro de duas vogais):** Quando duas vogais aparecem juntas, mas pertencem a sílabas diferentes, ocorre o hiato. Nesse caso, as vogais devem ser separadas.
 - **Exemplos:** mo-e-da, po-e-si-a, na-vi-o.

- **Ditongo decrescente (vogal + semivogal) + vogal:** Quando há um ditongo decrescente seguido de uma vogal, as sílabas devem ser separadas.
 - **Exemplos:** prai-a, joi-a, es-tei-o.

▪ **Dígrafos (encontro de duas consoantes) com mesmo som:** Em casos de dígrafos que representam um único som, as consoantes são separadas na divisão silábica.

▪ **Exemplos:** guer-ra, nas-cer, ex-ce-ção.

▪ **Encontros consonantais disjuntivos:** Quando duas consoantes aparecem juntas, mas pertencem a sílabas diferentes, ocorre um encontro consonantal disjuntivo, que também deve ser separado.

▪ **Exemplos:** ad-vo-ga-do, mag-né-ti-co, ap-ti-dão.

▪ **Vogais idênticas:** Quando duas vogais idênticas se encontram, elas devem ser separadas.

▪ **Exemplos:** Sa-a-ra, vo-o, em-pre-en-der.

Casos em que não se separam as sílabas:

▪ **Ditongos (duas vogais juntas) e Tritongos (três vogais juntas):** Não se deve separar ditongos nem tritongos, que permanecem juntos na mesma sílaba.

▪ **Exemplos:** des-mai-a-do, U-ru-guai.

▪ **Dígrafos (encontros consonantais que formam um único som):** Dígrafos que representam um único som não são separados na divisão silábica.

▪ **Exemplos:** chu-va, quei-jo, pla-no, re-gra.

▪ **Dígrafos iniciais:** Encontros consonantais no início das palavras, como em “pneumonia”, não são separados.

▪ **Exemplos:** pneu-mo-ni-a, psi-có-lo-ga.

▪ **Consoantes finais:** Consoantes no final da palavra também não são separadas da vogal anterior.

▪ **Exemplos:** lu-tar, lá-pis, a-mar.

► **Exceções**

Uma exceção à regra dos dígrafos é a palavra “abrupto”, que se divide como AB-RUP-TO, separando o dígrafo “br”.

Essas regras são essenciais para o uso correto da língua portuguesa, especialmente em contextos formais de escrita, como redações e documentos.

► **Exemplos Práticos**

Para ilustrar as regras de divisão silábica, apresentamos a seguir uma lista de palavras e sua respectiva separação silábica. Esses exemplos seguem as normas destacadas anteriormente e podem ser utilizados para praticar a correta divisão das sílabas:

Palavras com Hiato:

- mo-e-da
- po-e-si-a
- sa-ú-de
- vi-u-va

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

- **Soma:** a regressão é feita pela subtração.
- **Subtração:** a regressão é feita pela soma.
- **Multiplicação:** a regressão é feita pela divisão.
- **Divisão:** a regressão é feita pela multiplicação

Exemplo: (SENAI)

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$A \text{ 1ª aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

$$A \text{ é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: } A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$$

$$X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

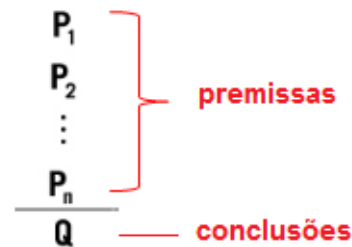
Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como P_1, P_2, \dots, P_n , conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

- P_1 : Todos os cientistas são loucos.
- P_2 : Martiniano é cientista.
- Q: Logo, Martiniano é louco.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

► Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

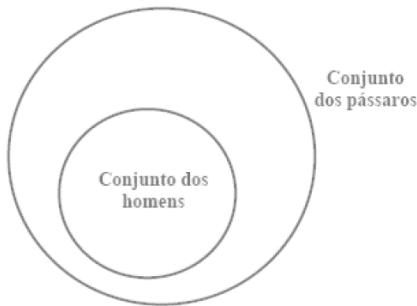
- P_1 : Todos os homens são pássaros.
- P_2 : Nenhum pássaro é animal.
- C: Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.

► **Como determinar se um argumento é válido?**

A validade de um argumento pode ser verificada por meio de diagramas de Venn, uma ferramenta extremamente útil para essa finalidade, frequentemente usada para analisar a lógica de argumentos. Vamos ilustrar esse método com o exemplo mencionado acima. Ao afirmar na afirmação P1 que “todos os homens são pássaros”, podemos representar esta afirmação da seguinte forma:



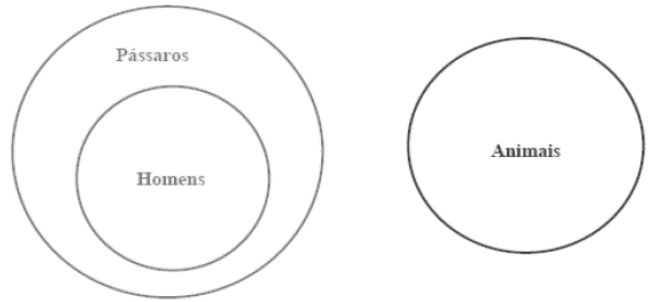
Note-se que todos os elementos do conjunto menor (homens) estão contidos no conjunto maior (pássaros), diminuindo que todos os elementos do primeiro grupo pertencem também ao segundo. Esta é a forma padrão de representar graficamente a afirmação “Todo A é B”: dois círculos, com o menor dentro do maior, onde o círculo menor representa o grupo classificado após a expressão “Todo”.

Quanto à afirmação “Nenhum pássaro é animal”, a palavra-chave aqui é “Nenhum”, que transmite a ideia de completa separação entre os dois conjuntos incluídos.



A representação gráfica da afirmação “Nenhum A é B” sempre consistirá em dois conjuntos distintos, sem sobreposição alguma entre eles.

Ao combinar as representações gráficas das duas indicações mencionadas acima e analisá-las, obteremos:



Ao analisar a conclusão de nosso argumento, que afirma “Nenhum homem é animal”, e compará-la com as representações gráficas das metas, questionamos: essa conclusão decorre logicamente das metas? Definitivamente, sim!

Percebemos que o conjunto dos homens está completamente separado do conjunto dos animais, diminuindo uma dissociação total entre os dois. Portanto, concluímos que este argumento é válido.

► **Argumentos Inválidos**

Um argumento é considerado inválido, também chamado de ilegítimo, mal formulado, falacioso ou sofisma, quando as propostas apresentadas não são capazes de garantir a verdade da conclusão.

Exemplo:

- P₁: Todas as crianças gostam de chocolate.
- P₂: Patrícia não é criança.
- C: Logo, Patrícia não gosta de chocolate.

Este exemplo ilustra um argumento inválido ou falacioso, pois as premissas não estabelecem de maneira conclusiva a veracidade da conclusão. É possível que Patrícia aprecie chocolate, mesmo não sendo criança, uma vez que a proposta inicial não limite o gosto por chocolate exclusivamente para crianças.

Para demonstrar a invalidez do argumento supracitado, utilizaremos diagramas de conjuntos, tal como foi feito para provar a validade de um argumento válido. Iniciaremos com as primeiras metas: “Todas as crianças gostam de chocolate”.



CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS). CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

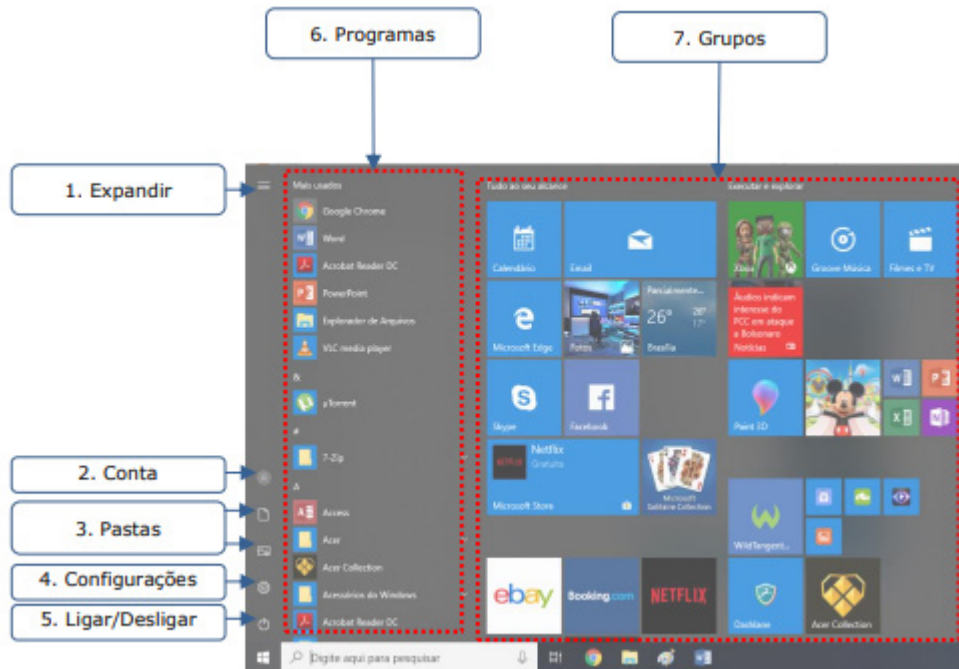
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

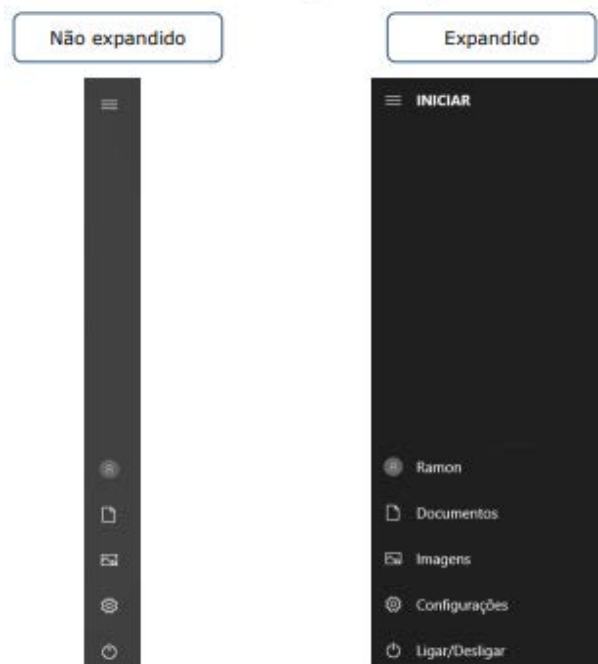
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CULTURA DE JI-PARANÁ

GEOGRAFIA: CLIMA. SOLOS. REGIME PLUVIOMÉTRICO. HIDROGRAFIA. RELEVO. DIVISÃO POLÍTICA. LIMITES E DIVISAS

LOCALIZAÇÃO, IMPORTÂNCIA REGIONAL E VISÃO GERAL

Ji-Paraná é um dos municípios mais importantes do Estado de Rondônia, situado na porção centro-leste do território rondoniense. É frequentemente chamado de “coração de Rondônia” por sua posição geográfica estratégica, funcionando como ponto de ligação entre diferentes regiões do estado. O município é cortado pela BR-364, eixo rodoviário fundamental para a ocupação, integração econômica e circulação de pessoas e mercadorias em Rondônia.

Do ponto de vista geográfico, Ji-Paraná está inserido na Amazônia Ocidental, em uma área marcada pela transição entre ambientes florestais, áreas agropecuárias consolidadas e núcleos urbanos em expansão. Essa característica é muito importante para concursos públicos, pois ajuda a compreender a relação entre natureza, ocupação humana, economia e organização territorial.

A cidade se desenvolveu fortemente a partir do processo de ocupação da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, quando Rondônia recebeu intensos fluxos migratórios, especialmente de populações vindas do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Esse movimento esteve relacionado à abertura de estradas, projetos de colonização, expansão agropecuária e políticas federais de integração da Amazônia ao restante do país.

No estudo da geografia de Ji-Paraná, alguns elementos devem ser observados em conjunto:

- clima quente e úmido, típico da região amazônica;
- regime de chuvas bem marcado, com estação chuvosa e estação seca;
- presença de rios importantes, especialmente o rio Ji-Paraná ou Machado;
- relevo predominantemente suave, com áreas de planaltos rebaixados e superfícies onduladas;
- solos variados, muitos deles sujeitos a limitações naturais de fertilidade;
- divisão política municipal organizada em área urbana, distritos e zona rural;
- limites territoriais com outros municípios rondonienses.

CLIMA E REGIME PLUVIOMÉTRICO DE JI-PARANÁ

O clima de Ji-Paraná é característico da Amazônia meridional, com predominância de temperaturas elevadas durante quase todo o ano e forte influência da massa de ar equatorial

continental. Em termos gerais, pode ser classificado como clima tropical quente e úmido, com duas estações bem definidas: uma estação chuvosa e uma estação seca.

A estação chuvosa costuma ocorrer, de maneira geral, entre outubro e abril, período em que há maior frequência de precipitações, aumento da umidade do ar e maior nebulosidade. Já a estação seca ocorre principalmente entre maio e setembro, com redução significativa das chuvas, dias mais ensolarados e maior risco de queimadas e problemas respiratórios provocados pela fumaça e pela baixa umidade relativa do ar.

Esse regime pluviométrico é um dos aspectos mais cobrados em provas sobre geografia regional. Rondônia, inclusive Ji-Paraná, não possui distribuição regular de chuvas ao longo do ano. Há concentração pluviométrica no verão amazônico e redução no inverno regional. Portanto, o candidato deve memorizar a ideia central: em Ji-Paraná, chove muito, mas não chove igualmente o ano todo.

As chuvas em Ji-Paraná estão ligadas à atuação de sistemas atmosféricos amazônicos, à evapotranspiração da floresta, ao aquecimento intenso da superfície e à formação de nuvens convectivas. As chuvas convectivas são aquelas provocadas pelo aquecimento do ar próximo à superfície, que sobe, esfria e condensa, formando nuvens carregadas. São comuns pancadas fortes de chuva no fim da tarde ou à noite, especialmente nos meses mais quentes e úmidos.

Durante a estação seca, a redução das chuvas favorece a ocorrência de queimadas, tanto em áreas rurais quanto em áreas próximas ao perímetro urbano. Esse fenômeno tem impacto ambiental e social: piora a qualidade do ar, afeta a saúde da população, reduz a visibilidade em rodovias e contribui para a degradação dos solos.

Outro ponto importante é que, apesar de Ji-Paraná estar em uma região quente, podem ocorrer friagens. A friagem é a entrada de massas de ar frio vindas do sul do continente, que alcançam parte da Amazônia Ocidental e provocam queda temporária de temperatura. Em Rondônia, esse fenômeno não é permanente, mas pode ocorrer em alguns momentos do ano, especialmente entre maio e agosto.

SOLOS, VEGETAÇÃO ORIGINAL E USO DO TERRITÓRIO

Os solos de Ji-Paraná refletem as características gerais da Amazônia rondoniense. Em muitas áreas, predominam solos bastante intemperizados, isto é, solos antigos, profundamente alterados pela ação do clima quente e úmido. O intemperismo químico é intenso em regiões tropicais úmidas, pois a combinação de calor e água favorece a decomposição das rochas e a formação de solos profundos.

Já os argissolos costumam apresentar diferenciação mais evidente entre horizontes, podendo ter maior suscetibilidade à erosão quando mal manejados.

Um ponto essencial para concursos é compreender que muitos solos amazônicos não são naturalmente muito férteis. A exuberância da floresta não significa, necessariamente, solo rico. Grande parte dos nutrientes está concentrada na biomassa vegetal e na camada superficial de matéria orgânica, que é constantemente reciclada. Quando a vegetação é removida, essa ciclagem é interrompida, e o solo pode perder qualidade rapidamente.

Em Ji-Paraná, a vegetação original era predominantemente florestal, associada ao domínio amazônico. Contudo, como ocorreu em várias áreas de Rondônia, houve intensa substituição da vegetação nativa por pastagens, lavouras, áreas urbanas e infraestrutura viária. A expansão agropecuária teve grande influência na configuração atual da paisagem municipal.

A pecuária bovina é uma das atividades mais marcantes do interior rondoniense, e Ji-Paraná se insere nessa dinâmica econômica. A conversão de florestas em pastagens alterou o equilíbrio ambiental, afetando os solos, os cursos d'água e o microclima local. O desmatamento, quando associado a práticas inadequadas, pode provocar compactação do solo, erosão, assoreamento de igarapés e perda de biodiversidade.

O uso agrícola dos solos exige técnicas de manejo adequadas, como:

- correção da acidez;
- adubação racional;
- conservação da cobertura vegetal;
- rotação de culturas;
- terraceamento em áreas inclinadas;
- proteção das margens de rios e nascentes.

HIDROGRAFIA: RIOS, DRENAGEM E IMPORTÂNCIA DO RIO JI-PARANÁ

A hidrografia é um dos elementos mais importantes da geografia de Ji-Paraná. O município está inserido na bacia hidrográfica amazônica, uma das maiores e mais importantes do mundo. Mais especificamente, a região é drenada pelo rio Ji-Paraná, também conhecido como rio Machado, um dos principais rios de Rondônia.

O rio Ji-Paraná/Machado tem grande importância histórica, econômica, ambiental e urbana. Ele atravessa áreas relevantes do estado e está associado à formação do próprio município. A cidade de Ji-Paraná desenvolveu-se em torno de sua presença, e o rio funciona como elemento natural de referência territorial, paisagística e cultural.

Na área urbana, o rio marca a paisagem e influencia a organização espacial da cidade. A presença de pontes, bairros próximos às margens e áreas sujeitas a alagamentos mostra como a hidrografia condiciona o crescimento urbano. Em períodos de chuvas intensas, o aumento do nível dos rios e igarapés pode causar transtornos, especialmente em áreas ocupadas de forma inadequada.

Além do rio principal, Ji-Paraná possui igarapés e cursos d'água menores que compõem a rede de drenagem local. Esses pequenos corpos hídricos são fundamentais para o equilíbrio ambiental, pois alimentam rios maiores, drenam as águas

pluviais e mantêm ecossistemas associados. Entretanto, também são bastante vulneráveis à poluição, ao assoreamento e à ocupação irregular.

O regime dos rios acompanha, em grande parte, o regime de chuvas. Durante a estação chuvosa, há aumento do volume de água, maior escoamento superficial e possibilidade de cheias. Durante a estação seca, ocorre redução do nível dos rios e igarapés. Essa variação sazonal é típica de áreas tropicais com alternância entre período úmido e seco.

Entre os principais problemas ambientais ligados à hidrografia em Ji-Paraná, destacam-se:

- assoreamento de cursos d'água;
- retirada de mata ciliar;
- lançamento inadequado de resíduos;
- ocupação de áreas de risco;
- erosão nas margens;
- contaminação por atividades urbanas e rurais.

RELEVO E CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS

O relevo de Ji-Paraná é predominantemente suave, com formas que incluem superfícies planas, suavemente onduladas e áreas de ondulação moderada. O município não apresenta grandes cadeias montanhosas nem altitudes extremamente elevadas. Sua paisagem é típica de áreas de planaltos rebaixados e superfícies de aplainamento da Amazônia sul-ocidental.

Em termos didáticos, o relevo pode ser entendido como relativamente favorável à ocupação agropecuária e urbana, embora isso não signifique ausência de problemas ambientais. Mesmo áreas de baixa declividade podem sofrer erosão quando há retirada da cobertura vegetal, compactação do solo e manejo inadequado das águas pluviais.

A drenagem dos rios e igarapés está relacionada à forma do relevo. Em áreas mais planas, o escoamento da água é mais lento, o que pode favorecer encharcamentos localizados. Em áreas onduladas, a água escoar com maior velocidade, podendo provocar erosão se o solo estiver exposto. Por isso, a ocupação territorial deve considerar declividade, tipo de solo e proximidade dos cursos d'água.

O relevo rondoniense, de modo geral, é resultado de longa evolução geológica. Em Ji-Paraná, predominam formas antigas, desgastadas pela ação do intemperismo e da erosão. Isso explica a ausência de formas muito abruptas em grande parte do município. As paisagens são marcadas por colinas suaves, vales fluviais e áreas de interflúvio, isto é, áreas mais elevadas entre rios e igarapés.

O relevo também interfere na infraestrutura. Rodovias, estradas vicinais, pontes, loteamentos e áreas agrícolas precisam considerar a estabilidade do terreno e a drenagem. Durante o período chuvoso, estradas rurais podem se tornar mais difíceis de trafegar, especialmente onde há solos argilosos, drenagem deficiente ou ausência de manutenção.

No espaço urbano, a expansão sobre áreas inadequadas pode ampliar riscos de alagamentos e erosões. A impermeabilização do solo por asfalto, calçadas e construções reduz a infiltração da água da chuva e aumenta o escoamento superficial. Quando a rede de drenagem urbana não acompanha esse crescimento, surgem pontos de alagamento.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PERMANENTES

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. O Município de Ji-Paraná, em união indissolúvel ao Estado de Rondônia e à República Federativa do Brasil, constituído em esfera de Governo local, sob o Estado democrático de direito, tem como fundamentos:

- I – autonomia política-econômica-administrativa;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade de pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Art. 2º. São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º É vedada a delegação de atribuições entre os Poderes.

§ 2º O cidadão investido na função de um deles, não poderá exercer a de outro, salvo o permissivo contido no art. 17, inciso I, desta Lei Orgânica.

Art. 3º. São objetivos fundamentais do Município:

- I – contribuir para uma sociedade livre, justa, produtiva e solidária;
- II – promover o desenvolvimento econômico e social reduzindo as desigualdades regionais e sociais, as diferenças de renda, erradicação da pobreza e da marginalização;
- III – promover o bem comum, sem qualquer forma de discriminação quanto a origem, raça, sexo, cor, idade ou crença;
- IV – garantir o desenvolvimento em todo o território, sem privilégio de distritos, bairros ou vilas, promovendo o bem-estar de todos os municípios indistintamente.

Parágrafo único. O Município, objetivando a organização, planejamento e a execução de funções públicas do interesse comum, buscará a integração econômica, política, social e cultural com os Municípios limítrofes e o Estado, avençando com estes convênios e permutas.

Art. 4º. São símbolos do Município de Ji-Paraná a bandeira, o brasão e o hino.

§ 1º Além dos símbolos descritos no “caput” deste artigo, o Município utilizará, cumulativamente, a “Ilha Coração” estilizada. (Emenda nº. 006/2001).

§ 2º O Poder Executivo realizará concurso, no prazo de 90 (noventa) dias, para a escolha da proposta de estilização da “Ilha Coração”. (Emenda nº. 006/2001)

SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º. O Município de Ji-Paraná, unidade territorial do Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Estadual e da República.

§ 1º O Município tem sua sede na cidade de Ji-Paraná.

§ 2º A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de lei municipal, observada a legislação estadual.

§ 3º Qualquer alteração territorial do Município de Ji-Paraná, só poderá ser feita na forma de lei complementar estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependendo de consulta prévia à população diretamente interessada, mediante plebiscito.

Art. 6º. É vedado ao Município o que estabelece o art. 19 da Constituição da República e seus incisos.

SEÇÃO III DOS BENS E DA COMPETÊNCIA

Art. 7º. São bens do Município:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que vierem a ser adquiridos a qualquer título.

Parágrafo único. O Município tem direito a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais em seu território.

Art. 8º. Compete ao Município, sem prejuízo de outras competências que exerça isoladamente ou em comum com a União e o Estado:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência;
- IV – aplicar suas rendas prestando contas e publicando balancetes nos prazos fixados por lei;
- V – criar, organizar e suprimir distritos observando a legislação estadual;

VI – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, estabelecendo as servidões administrativas necessárias a sua organização e execução;

VII – manter e prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, e os serviços de atendimento à saúde da população;

VIII – promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento e ocupação do solo urbano;

IX – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, nos termos da lei;

X – elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, com objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município, e garantir o bem-estar de seus habitantes;

XI – exigir do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, na forma do Plano Diretor, sob pena de parcelamento ou edificação compulsória, imposto progressivo sobre a propriedade urbana, ou desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública municipal, em até cinco anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e juros legais;

XII – elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamentos, de zoneamento, bem como diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

XIII – legislar sobre licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública municipal, direta ou indireta, inclusive as fundações municipais e as empresas sob seu controle, respeitadas as normas gerais da legislação federal e estadual;

XIV – Planejar e promover a defesa permanente contra a calamidade pública;

XV – prover de instalação adequada a Câmara Municipal, para o exercício das atividades de seus membros e o funcionamento de seus serviços, atendendo à peculiaridade local;

XVI – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

XVII – dispor sobre administração e utilização de seus bens;

XVIII – dispor sobre aquisição e alienação de bens, observada a legislação, e mediante prévia autorização legislativa;

XIX – desapropriar bens por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XX – regulamentar a utilização de logradouros públicos;

XXI – firmar acordos e convênios com a União, Estados, demais Municípios e entidades privadas, para fins de cooperação intergovernamental, execução de leis, serviços, decisões, assistência técnica, aplicação de recursos, ou outros objetivos;

XXII – dispor sobre o trânsito em seu território urbano e rural, inclusive fixar tonelagem

máxima;

XXIII – regulamentar e disciplinar a propaganda e a afixação de cartazes publicitários e de qualquer natureza;

XXIV – regulamentar e disciplinar a instalação e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas da Constituição da República, podendo impor penalidades por infração à Lei ou Regulamento.

Art. 9º. É da competência do Município, em comum com a União e o Estado:

I – zelar pela guarda das Constituições da República e do Estado de Rondônia, e das leis estaduais e federais, das instituições democráticas e do patrimônio público;

II – cuidar da saúde pública e assistência social, da proteção e garantia às pessoas portadoras de deficiência, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, na forma dos artigos 30, VII, 23, II e 198, § 1º, da Constituição da República;

III – proteger os documentos, as obras de valor histórico-cultural e artístico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

V – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VIII – promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XI – estabelecer e implantar uma política de educação para a segurança do trânsito, em cooperação com a União e o Estado.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 10. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de dezessete (17) Vereadores, representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional em todo território municipal.

(Emenda nº. 015/2011).

Art. 11. É competência da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de interesse e competência do Município, especialmente sobre:

I – sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais, operações de créditos e dívida pública;

III – fixação e modificações do efetivo da guarda municipal;

IV – planos e programas de desenvolvimento;

V – bens do domínio do Município;

VI – transferência temporária da sede do Governo Municipal;

VII – organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;

VIII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;

IX – normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI 8.142/1990 - CONTROLE SOCIAL E FINANCIAMENTO DO SUS

Um dos grandes diferenciais do SUS é a forte presença da participação social na sua gestão. A participação social no SUS ocorre por meio de conselhos de saúde e conferências de saúde, que reúnem representantes da sociedade civil, dos trabalhadores da saúde e dos gestores do sistema. Essas instâncias atuam tanto no planejamento como no controle das políticas de saúde, garantindo transparência e possibilitando que a população tenha voz nas decisões que impactam diretamente sua saúde e bem-estar.

Os Conselhos de Saúde existem nas três esferas de governo (nacional, estadual e municipal) e têm o papel de fiscalizar e aprovar os planos de saúde, monitorar a aplicação dos recursos e avaliar o desempenho dos serviços. As Conferências de Saúde, realizadas periodicamente, são fóruns amplos de participação social, onde são discutidas as diretrizes e prioridades para as políticas de saúde nos próximos anos.

A estrutura organizacional do SUS foi desenhada para promover um sistema de saúde equitativo, descentralizado e participativo. A coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal, por meio de mecanismos como a CIT e os conselhos de saúde, é fundamental para garantir que o sistema funcione de forma eficiente e que os princípios do SUS sejam respeitados. Essa estrutura permite que o SUS se adapte às diferentes realidades regionais do Brasil, ao mesmo tempo que assegura o acesso universal e integral aos serviços de saúde.

► Financiamento do SUS

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos pilares que sustentam sua operação e é essencial para a implementação das políticas públicas de saúde no Brasil. Garantir que o SUS tenha recursos financeiros suficientes e bem distribuídos é uma tarefa complexa, pois envolve múltiplas fontes de receita e mecanismos de alocação, além de enfrentar o desafio do subfinanciamento crônico, que afeta a qualidade e a abrangência dos serviços prestados.

Fontes de Financiamento:

O SUS é financiado por diversas fontes, o que inclui impostos e contribuições sociais em âmbito federal, estadual e municipal. Essas receitas são destinadas ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde. A Constituição Federal de 1988 definiu as

bases desse financiamento, e a Lei Complementar nº 141/2012 regulamenta os percentuais mínimos de recursos que devem ser aplicados em saúde por cada ente federado.

União:

O governo federal é o maior financiador do SUS, responsável por cerca de 45% a 50% do total de recursos. As principais fontes federais de recursos para o sistema incluem impostos como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de contribuições sociais, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O orçamento da União destinado à saúde é definido anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA) e deve cumprir com os limites constitucionais de aplicação mínima em saúde.

Estados:

Os estados são obrigados a destinar, no mínimo, 12% de suas receitas de impostos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde, conforme determina a Lei Complementar nº 141/2012. Esse percentual pode variar conforme a arrecadação de cada estado, o que cria diferenças significativas na capacidade de financiamento da saúde entre as unidades federativas.

Municípios:

Os municípios têm a responsabilidade de aplicar, pelo menos, 15% de suas receitas próprias em saúde. A participação dos municípios no financiamento do SUS tem aumentado ao longo dos anos, em parte devido à descentralização das ações de saúde, que colocou grande parte da responsabilidade pela prestação dos serviços básicos de saúde nas mãos das administrações municipais.

LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências inter-governamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- I - a Conferência de Saúde; e
- II - o Conselho de Saúde.

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

§ 3º O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.

§ 4º A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

§ 5º As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho.

Art. 2º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

- I - despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta;
- II - investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional;
- III - investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde;
- IV - cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Parágrafo único. Os recursos referidos no inciso IV deste artigo destinar-se-ão a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.

Art. 3º Os recursos referidos no inciso IV do art. 2º desta lei serão repassados de forma regular e automática para os Municípios, Estados e Distrito Federal, de acordo com os critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

§ 1º Enquanto não for regulamentada a aplicação dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, será utilizado, para o repasse de recursos, exclusivamente o critério estabelecido no § 1º do mesmo artigo. (Vide Lei nº 8.080, de 1990)

§ 2º Os recursos referidos neste artigo serão destinados, pelo menos setenta por cento, aos Municípios, afetando-se o restante aos Estados.

§ 3º Os Municípios poderão estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde, remanejando, entre si, parcelas de recursos previstos no inciso IV do art. 2º desta lei.

Art. 4º Para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:

- I - Fundo de Saúde;
- II - Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto nº 99.438, de 7 de agosto de 1990;

- III - plano de saúde;
- IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4º do art. 33 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento;
- VI - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para sua implantação.

Parágrafo único. O não atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos neste artigo, implicará em que os recursos concernentes sejam administrados, respectivamente, pelos Estados ou pela União.

Art. 5º É o Ministério da Saúde, mediante portaria do Ministro de Estado, autorizado a estabelecer condições para aplicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

A comunicação é um processo fundamental para a troca de informações, desenvolvimento de conhecimentos e fortalecimento das relações humanas e sociais. Desde a expressão de ideias, sentimentos e opiniões até o estabelecimento de diálogos em ambientes pessoais e profissionais, comunicar-se é um recurso essencial que diferencia os seres humanos. É através da comunicação que as pessoas são capazes de criar laços, compartilhar valores culturais e contribuir para o desenvolvimento coletivo de uma sociedade.

► Elementos Fundamentais da Comunicação

Para que a comunicação seja eficaz, seis elementos fundamentais devem ser considerados. Esses componentes permitem que a mensagem flua do emissor para o receptor de maneira clara e objetiva, promovendo o entendimento mútuo.

Emissor

O emissor é o ponto de partida da comunicação, ou seja, a pessoa, grupo ou entidade que cria e envia a mensagem. O papel do emissor é formular e expressar a informação de maneira clara, considerando os interesses, o nível de conhecimento e as necessidades do receptor. Em contextos de comunicação profissional, como no atendimento telefônico, o emissor deve adotar uma postura cuidadosa, respeitosa e objetiva, transmitindo segurança e clareza ao interlocutor.

Receptor

O receptor é o destinatário da mensagem, sendo responsável por interpretar e responder ao conteúdo transmitido pelo emissor. O receptor desempenha um papel ativo na comunicação ao decodificar a mensagem e, em muitos casos, fornecer um retorno ao emissor, promovendo a troca e o entendimento. Em



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!